

-01-

***Contributos para a
história da
gramaticografia
medieval
latino-portuguesa:
dois manuscritos
dos séculos XIV e XV***

Gonçalo Fernandes
Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro, UTAD

Resumo

Neste artigo¹ apresentamos uma visão abrangente dos estudos linguísticos medievais latino-portugueses. Destacamos o manuscrito Dibgy 26 (século XIV) da Biblioteca Bodleiana, em Oxford, e o códice Alcobacense 79 (século XV), da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, particularmente os cadernos *Reglas para enformarmos os menyos en latin* (Digby 26: 76r-82v) e *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis* (Alc. 79: 5r-93v). Trata-se de dois textos fundamentais para o conhecimento da linguística e didática das línguas na Idade Média em Portugal. As *Reglas para enformarmos os menyos en latin* são um texto anónimo escrito em romance, para os níveis mais básicos ou elementares do ensino, com exemplos em Latim e regras extraídas do *Doctrinale Puerorum* de Alexandre de Villedieu (ca.1170–ca.1250). Os *Notabilia* alcobacenses estão escritos em Latim, com alguns exemplos em romance e são o texto de análise gramatical medieval mais importante em Portugal não só pela sua extensão, mas também pela complexidade das problemáticas linguísticas apresentadas, para os níveis mais avançado do Latim.

Palavras-Chave: Historiografia Linguística Latino-Portuguesa; Idade Média; Ensino do Latim; Manuscrito Dibgy 26; Códice Alcobacense 79

0. Introdução

A Idade Média (476–1453) continua a ser um “sadly neglected field of study” (Bursill-Hall 1977: 3). As razões fundamentais para essa falta de investigação prendem-se essencialmente com a predominância atual da linguística sincrónica, o desinteresse pelo estudo das línguas clássicas, a dificuldade de leitura dos manuscritos medievais e por a Idade Média ser ainda considerada por muitos como a Idade das Trevas, devido à inacessibilidade de documentos e, portanto, ao seu desconhecimento pela maioria dos historiadores e, no caso presente, dos linguistas.

Fruto do seu apoio na Reconquista Cristã da Península Ibérica, o rei Alfonso VI de León (1047–1109) ofereceu, em 1093, ao francês Henri de Bourgoigne ou, como ficou conhecido entre os portugueses, Conde D. Henrique (1066–

¹ Gostaria de prestar uma sincera homenagem ao Professor Ricardo Escavy Zamora, pela sua brilhante carreira académica na Universidad de Murcia, agradecendo em particular o seu papel no desenvolvimento e na consolidação da Historiografia Linguística como disciplina científica. Conjuntamente com os seus estudos sincrónicos, em particular, na disciplina de Pragmática, o Prof. Escavy tem demonstrado que não existe qualquer incompatibilidade, mas complementaridade, entre os estudos sincrónicos e diacrónicos e que o conhecimento da história das ideias linguísticas é fundamental para a descrição sincrónica das línguas e das teorias linguísticas contemporâneas.

1112), quarto filho de Henri de Bourgogne (ca.1035–ca.1066), neto de Robert I, le Vieux, Duc de Bourgogne (ca.1011–1076), e bisneto de Robert II, le Pieux, rei de France (972–1031) (Louda & Maclagan 1984: 230), a mão de sua filha a infanta D.^a Teresa Alfónsez de León (ca.1080–1130) em casamento, bem como o Condado Portucalense. Contudo, a soberania portuguesa só viria a ser reconhecida em 5 de outubro de 1143, com a assinatura do Tratado de Zamora, entre Alfonso VII de León y Castilla (1105–1157) e seu primo Afonso Henriques ou Afonso I de Portugal (1109–1185), e confirmada pela bula *Manifestis probatum* (1179) do Papa Alexandre III (1100–1181) (Soares 1979).

Durante este período, tudo leva a crer, já existia uma certa atividade pedagógica no futuro território português, em redor das catedrais e, principalmente, nos mosteiros das ordens religiosas, embora sejam “poucas as notícias que nos chegaram sobre a existência de escolas no futuro território português antes dos fins do século XI, mas é razoável acreditarmos que tenham existido bastantes considerando o grande número de mosteiros que, entretanto, se fundaram nesta região, e as muitas igrejas e sés catedrais que nela foram erguidas” (Carvalho 1986: 16).

Os principais centros de ensino eram as escolas episcopais ou catedrais, as colegiadas e as escolas paroquiais. Há documentos que evidenciam, por exemplo, a existência de escolas que funcionavam numa dependência do bispo ou da sé episcopal, em Braga (1072) e em Coimbra (ca.1080) no século XI (Costa 1997, vol. I: 312–319) e na cidade de Lisboa (ca.1148) e do Porto (ca.1185), junto às respetivas sés, no século XII (Carvalho 1986: 36–37). Iriam ser, contudo, as ordens religiosas dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e de Cister, de S. Bernardo, a desempenhar o papel mais importante na história do ensino em Portugal na Idade Média.

Os “cónegos pretos” (por causa da cor do hábito) dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho construíram o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1132, e os “monges brancos” da Ordem de Cister, depois da sua primeira casa em S. João da Tarouca (1119), construíram o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça ou Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, em meados do século XII, cuja edificação começou em 1178. Cerca de 20 anos antes da fundação da Universidade de Lisboa (1288/1290), “em 1269 abriam-se no mosteiro as primeiras aulas de Latim, Gramática e Teologia. Tornava-se uma pequena universidade, privativa, exclusivamente para os monges, *ad latere* dos Estudos Gerais de Lisboa” (Cidade e Selvagem 1967: 105–106). Durante muitos anos pensou-se que estas aulas teriam sido públicas, mas, na verdade, eram apenas

para os “monachorum omnium” e não para os “monachorum et omnium” (Cidade e Selvagem 1967: 107; Ferreira 1937: 64, nota 2).

Seguindo a orientação geral da época, há várias evidências de que se estudavam nestes dois mosteiros as sete artes liberais, divididas em *trivium* (gramática, retórica e dialética / lógica) e o *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia). Contudo, “não há indício em Portugal de se ter estudado o conjunto das sete artes liberais, nem mesmo depois da fundação da universidade” (Saraiva 1950: 90). A única disciplina que foi universalmente ensinada parece ter sido a gramática, “porque constitui a base de todo o ensino” (Saraiva 1950: 90).

A partir da segunda metade do século XIII, inicia-se a época áurea do trovadorismo galego-português, com especial evidência nos reinados de D. Afonso III (1245–1279) e de D. Dinis (1279–1325), que, além de ter fundado a Universidade portuguesa, incrementou o uso do romance na documentação jurídica real e privada e decretou o Português como língua oficial do reino. Contudo, a língua ensinada continuava a ser o Latim. Jiří Černý, CSc. (1998: 76–77) apresenta duas razões fundamentais para a importância do Latim durante a Idade Média: 1) era a língua litúrgica da Igreja ocidental, isto é, católica romana; e 2) era a língua em que estava escrita a Patrística, os livros dos Padres da Igreja. Por seu turno Geoffrey Leslie Bursill-Hall (1920–1998) aponta uma 3.^a razão: o Latim era a língua de comunicação internacional (Bursill-Hall 1972: 16). O termo gramática significava, por isso, (ensino do) Latim “and many people expressed the view that grammatical regulation of a vernacular dialect was a difficult if not impossible venture” (Percival 1975: 247–248). Com efeito, como bem refere Istvan Hajnal (1892–1957) não se atribuía “trop d’importance au cours de ces siècles au rôle que l’enseignement en langue maternelle exerça sur le développement et l’enseignement de l’écriture. À cette époque, il était très difficile d’écrire en langue maternelle, et encore plus d’enseigner” (Hajnal 1959: 19). Recorde-se que a primeira gramática latina escrita em Português só viria a ser publicada em 1610 (Pedro Sánchez) e a primeira gramática oficial do Português é de 1770 (António José dos Reis Lobato).

Contudo, o ensino da gramática (latina) na Idade Média não se fazia do mesmo modo em toda a Europa e podem considerar-se dois grandes grupos: a *grammatica speculativa* do Norte da Europa, especialmente da Alemanha e norte de França, e a *grammatica positiva* do sul da Europa, particularmente em Florença e no norte de Itália. “Assim, temos a gramática como *scientia* no norte europeu, mas como *ars* no sul e, mantendo a mesma alternância, uma gramática de inspiração dialéctica ou lógica, em contraste com outra que

obedece e serve ao culto da retórica; uma modista, a que se contrapõe a que observa a prática estilística e composição temática” (Barreto 1988: 165).

Efetivamente, o ensino da gramática em Portugal no período medieval integrava-se claramente na área meridional europeia, ainda que tenha havido grande mobilidade, especialmente, dos monges de Santa Cruz, entre as várias universidades europeias, nomeadamente com a Universidade de Paris, inclusivamente com bolsas atribuídas pela corte portuguesa para esse efeito. Exemplo disso é a concessão por parte de D. Sancho I (1154–1211) de 400 morabitinos ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, em 1190, para os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho irem estudar em França (Carvalho 1986: 27–28), terra natal de seu avô, o conde D. Henrique (1066–1112). Contudo, se a primeira dinastia portuguesa (Dinastia de Borgonha) tinha estreitas ligações com a França, a segunda dinastia (de Avis), a partir de 1383, mantinha fortes relações com a Casa Real Inglesa, em virtude do casamento do rei D. João I (1358–1433) com Philippa of Lancaster ou, em Português, Filipa de Lencastre (1359–1415), irmã do rei de Inglaterra Henry IV (1366–1413), razão pela qual talvez se explique a presença do Manuscrito Digby 26 em Inglaterra.

Por outro lado, uma análise aos relativamente poucos manuscritos ainda existentes nos fundos das bibliotecas públicas portuguesas oriundos dos mosteiros, especialmente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e do Mosteiro de Alcobaça, são “bastante eloquente[s] no que concerne ao balbuciar do gramaticalismo luso” (Torres 1998: 105). Foram muitas as vicissitudes na história portuguesa que levaram a uma delapidação do património bibliográfico português e, portanto, esta informação baseia-se unicamente nos documentos que se preservaram até aos dias de hoje e não à totalidade das obras que devem ter existido. Há, pelo menos, três acontecimentos fundamentais que originaram perdas irreparáveis para a história e a cultura portuguesas, que levaram ao roubo e extravio de milhares de obras, impressas e manuscritas: o terramoto de Lisboa (01/11/1755), a expulsão dos jesuítas e a confiscação dos seus bens (03/09/1759) e a extinção das ordens religiosas (30/05/1834) (Barata 2003).

Com efeito, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, maioritariamente na Biblioteca Pública do Porto, existem, por exemplo, manuscritos de comentários a Prisciano (fl. 500), (parte de) o glossário e a gramática de Papias Vocabulista da Lombardia (fl. ca. 1050), as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (ca.560–636), e, do mosteiro de Alcobaça, na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, também encontramos alguns comentários a Prisciano, o *Vocabularium* de Papias, o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu (ca.1170–

ca.1250), o *Graecismus* de Eberhardus Bethuniensis (?-ca.1212), as *Derivationes* de Ugucione Pisano (1130/1140-1210) e alguns textos originais escritos pelos próprios monges “secundum usum ordinis cisterciensis”. Destes destacamos a *Ars Accentualis* (Alc. 149: 7v-10v) de Martinus Alcobatiensis (Nascimento 1986), a *De pronuntiatione huius littere x* (Alc. 426: 258v) (Nascimento 1977) e, principalmente pelo seu conteúdo e extensão, os *Hic incipiunt notabilia quae fecit cunctis* (Alc. 79: 5r-93v) escritos em 1427 por Juan Rodríguez de Caracena. Há ainda, entre outros, um interessantíssimo códice oriundo do Mosteiro de Santa Maria de Ceíça² na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, datado de 1200 (!), escrito pelo monge cisterciense Afonso do Louriçal (códice Alc. 426), que contém as obras: *Elementarium doctrinae rudimentum* (1v-155v) e *De arte grammatica* (155v-220r) de Papias; *Liber interpretationis hebraicorum nominum* de São Jerónimo (220r-249r); *Nomina regionum atque locorum de Actibus Apostolorum* de São Beda (249r-250v); *De numeris* de Rabanus Maurus (250v-252r); e *Ars [minor] Grammatica* de Aelius Donatus (252v-258r).

1. *Manuscrito Digby 26*³

Há ainda um interessantíssimo manuscrito de origem portuguesa em Inglaterra na Universidade de Oxford, com a quota Digby 26, que terá sido escrito provavelmente no último quartel do século XIV, levado para Inglaterra na primeira metade do séc. XV e oferecido em 1634 por Sir Kenelm Digby (1603-1665) à Biblioteca Bodleiana (Fernandes 2010, 2012, 2013 e 2015). Este manuscrito esteve patente na exposição organizada em memória do Conservador (entre 1945 e 1975) de Manuscritos da Biblioteca Bodleiana, Richard William Hunt (1908-1979), entre 29 de Julho e 29 de Novembro de 1980, na secção “Grammar”, no setor “Grammar in English in the Middle Ages”. David Thomson (1980: 81), o responsável por essa secção, apresentou duas razões por essa opção: 1) possibilidade de, a partir de notas

² O Mosteiro de Santa Maria de Seíça, atualmente em ruínas, está localizado na freguesia de Paião, que pertence ao distrito de Coimbra e ao concelho da Figueira da Foz. Propriedade dos Beneditinos, foi doado aos cistercienses do Mosteiro de Alcobaça em 1195 pelo rei D. Sancho I (1154-1211) e vendido a particulares em 1834, em consequência da lei da extinção das ordens religiosas.

³ Segundo informações em email pessoal, foi no catálogo desta exposição que o Prof. Aires Nascimento “descobriu”, pela primeira vez, o manuscrito. O microfilme foi depois encomendado pelo leitor de Português em Oxford, Dr. António Rodrigues de Almeida. Resolvidos os problemas alfandegários, o Prof. Aires Nascimento emprestou a fotocópia do microfilme ao Dr. Manuel Saraiva Barreto, que então preparava tese de doutoramento sob a sua orientação, mas que não chegou a concluir.

acrescentadas logo nos começos do século XV, documentar a continuidade de práticas escolares introduzidas por John de Cornwall (Johannes Brian de Cornubia) (fl. 1344), com a obra *Speculum Grammaticale* (1346), que, entre outras particularidades, substituiu o Francês pelo Inglês como língua de ensino e apresenta inúmeros exemplos em vulgar (Hunt 1980: 178-179); e 2) a possibilidade de perceber marcas de utilizadores do principal centro de gramática do período em causa (Nascimento 1989: 209).

O Manuscrito Digby 26 é um membranáceo, *in-octavo*, apesar de na catalogação de manuscritos ser usual indicar apenas as dimensões e não propriamente o formato. Mede 123 mm de largura por 173 mm de comprimento, a mancha gráfica ocupa 100 mm por 135 mm, é “um pequeno volume [...], uma compilação de trabalhos gramaticais elementares e textos de leitura em latim e português, que foi alvo de uso considerável e anotações antes de passar a Inglaterra pelos começos do século XV” (Barreto 1988: 171), e tem, no total, 142 fólios. Podem distinguir-se claramente dois conjuntos de textos: textos de leitura (*Facetus*, poema anónimo sobre os costumes e a arte de amar [20r-28v]; [Matthaei Vindocinensis] *Thobias, sive metaphrasis metrica libri Tobiae* [29r-62r]; *Probationes pennae et annotationes* [62v-64r]; *Catonis Dysticha Moralia* [83r-89r]; *Carmen de contemptu mundi* [89r-96r]; [Marbodi, episcopi Redonensis] *De lupo fabula, sive parabola* [96v-98v]; *Fabulae Aesopicae* [98v-118v]; e [Hildeberti, episc. Cenomanensis et postea archiep. Turonensis] *Historia metrica Zozimae monachi et S. Mariae Aegyptiaca* [119r-136v]) e textos gramaticais (*Quaestiones grammaticales atque responsa; fragmentum* [7r-7v]; *Elementa grammaticae; sive Donatus Minor abbreviatus, cui accedunt exempla verborum alia* [8r-16v]; fragmentos do *Doctrinale Glosatum* [17r-19v]; *Regimen vocum, tratado gramatical para o uso dos casos* [65r-75v]; e as *Reglas para enformarmos os menyços* em latim [76r-82v]).

Não sabemos se a organização dos fólios foi intencional, por razões de natureza didática ou pedagógica, ou casuística, por terem sido escritos em momentos e por copistas diferentes e juntos numa fase posterior. David Thomson (1979: 269-274) divide este manuscrito em 7 partes ou secções, tendo em consideração o conteúdo e as características dos copistas, uma vez que apresenta marcas de 9 mãos diferentes, das quais quatro terão sido portuguesas e cinco inglesas. No que concerne aos copistas portugueses, não foi possível identificar nenhum, mas Thomson (1979: 268), tendo em consideração as características da escrita, coloca-os todos no século XIV. Quanto às cinco mãos inglesas, dos paratextos e notas marginais, importantíssimos para a datação do manuscrito, Thomson (1979: 268) identifica Wymunde Stonewell, Thomas Wodehowse, Richard

Conesborough, Davyd Breknoke e Thomas Jolyffe (fl.1452–ca.1482), todos do século XV, concluindo que o manuscrito pertenceu a Thomas Chapleyn (fl. 1417) e que o mesmo passou para os mestres de gramática de Oxford pelas mãos de Thomas Jolyffe por volta de 1450 (Thomson 1979: 274–275). Segundo os dados do BRUO (*Biographical Register of the University of Oxford*), Thomas Chapleyn era um monge cisterciense da Abadia de Rewley, em Oxford, tendo tomado todas as ordens sagradas em 1417 (Emden I: 388), e Thomas Jolyffe foi mestre de gramática em Oxford em 1452 (Emden II: 1.020–1.021). Por outro lado, há uma referência a dois reis “contemporâneos”, um do último quartel do século XIV, o rei de Inglaterra Richard II (1377–1399), e outro da primeira metade do século XV, o rei de Portugal D. Duarte (1433–1438): “Ricardus Dei gracia rex Anglie et Francie dominus Hibernie” (Digby 26: 6r); “Edwardus Dei gracia rex Portugalie et dominus Algarbie salut” (Digby 26: 6r). O rei D. Duarte era filho do rei português D. João I (1358–1433) e da inglesa D. Philippa of Lancaster (1359–1415), irmã do rei Henry IV (1367–1413), que depôs precisamente Richard II em 1399. Estes dados colocam, assim, os limites temporais de 1377 (coroação do rei Richard II) e 1438 (morte do rei D. Duarte).

Estamos, por isso, cada vez mais convencidos de que o manuscrito Digby 26 foi, de facto, escrito no último quartel do século XIV, talvez no mais importante mosteiro cisterciense em Portugal, o Mosteiro de Alcobaça, do qual foi levada uma cópia para Inglaterra ainda nos finais do século XIV ou, mais naturalmente, na primeira metade do século XV, tendo muito provavelmente como primeiro possuidor em Inglaterra o monge cisterciense Thomas Chapleyn (fl. 1417), que depois passou para as mãos dos professores de gramática, em meados do século XV, pela mão de Thomas Jolyffe (Fernandes 2012: 226–227; Fernandes 2013: 330–331).

Particularmente importante para a gramaticografia latino-portuguesa é o texto anónimo com 14 páginas, entre os fólios 76r e 82v, sobre o ensino do Latim, com o título *Reglas para enformarmos os menyos* em Latim. Trata-se do primeiro texto escrito em romance / Português com as regras dos rudimentos da língua latina. Para além da sua simplicidade e dos temas apresentados, o título deste “compêndio” remete-nos para uma determinação do rei D. Pedro I (1320–1367), de 22 de outubro de 1357, que, fora da Universidade, não se deveria ensinar Latim por outros livros, “saluo de Partes ou de Regras ou de Gaton ou de Cartulha ou destes livros menores e nõ de outros liuros maiores” (*apud* Nascimento 1989: 217).

Trata-se claramente de uma cópia, cujo original (ou qualquer outra cópia) desconhecemos, com vários erros específicos de um copista, como tivemos a

oportunidade de demonstrar em artigo anterior (Fernandes 2010: 228): certas frases repetem-se em lugares diferentes; há frases incompletas, que são terminadas pelo mesmo copista em notas marginais; existem pequenos erros em palavras isoladas, como metáteses de vogais e consoantes, resultado muitas vezes da influência do romance, etc. (Fernandes 2013: 61).

As *Reglas* fazem uma apresentação normativa simples do funcionamento linguístico do Latim, podendo caracterizar-se como um “manual” ou “compêndio” estritamente pedagógico e didático, uma *grammatica positiva*, na senda do *Doctrinale Puerorum* de Alexandre de Villedieu. Parece, à primeira vista, um amontoado de notas de um simples estudante, mas trata-se, efetivamente, do primeiro “aportuguesamento sistemático de toda a terminologia gramatical” (Verdelho 1995: 45) e de “uma sucessão ordenada e sistematizada de temas gramaticais” (Barreto 1988: 172). Não tem qualquer influência modista e a sua perspetiva é essencialmente morfossintática, com algumas notas morfológicas e, maioritariamente, observações sintáticas sobre a concordância e a regência das partes do discurso (Barreto 1988: 172; Fernandes 2013: 61). A sua principal preocupação parece ser o domínio da língua e a construção correta da frase latina e, por consequência, as competências linguísticas do aluno. Trata, por exemplo, de questões como os nomes patronímicos e gregos, verbos pessoais e impessoais, grau dos adjetivos (comparativos e superlativos), nomes verbais em *-tor* e em *-trix*, o ablativo absoluto, a concordância entre substantivo e adjetivo e entre o pronome relativo e o seu antecedente, o genitivo de excelência e o genitivo de posse, etc.

Embora nunca seja referido o termo, o autor parece considerar a existência das tradicionais partes da oração, referindo, contudo, apenas os nomes (substantivos e adjetivos), pronomes, participios, artigos, verbos (pessoais e impessoais), preposições e advérbios (Fernandes 2010: 233-234).

Embora seja clara a influência de Donato (séc. IV), as *Reglas* são preferencialmente um conjunto de “regras” extraídas aleatoriamente do *Doctrinale Puerorum* (ca.1200) de Alexandre de Villedieu (ca.1170–ca.1250). Infelizmente, o seu autor nunca refere a fonte e não cita o *Doctrinale* por uma ordem específica, mas as suas referências atravessam quase todo o *Doctrinale*. Primeiramente apresenta a ideia genérica em Português ou “remanço”, para, de seguida, nos dar a regra de Villedieu, embora sem nunca a traduzir. Na totalidade, encontramos 61 versos do *Doctrinale*: 54 vezes a citação é *ipsis verbis* e, por sete vezes, as citações são aproximadas, com apenas algumas diferenças de palavras. Contudo, o autor das *Reglas* nunca questiona nem desenvolve as “regras” de Villedieu. O seu objetivo parece ser

o de que os seus alunos as saibam de cor e as possam utilizar na construção dos seus textos (Fernandes 2013: 64).

Outro aspeto muito interessante das *Reglas* é o facto de o seu discurso estar construído numa base pedagógica, dirigido ao aluno na segunda pessoa do singular, com o uso do verbo modal “deves”. Ele usa a expressão “deues a saber” cinco vezes e “deues saber” três vezes. Ainda encontramos, embora apenas uma vez, a expressão “cõu asaber” (Reglas: 80v).

2. *Códice Alcobacense 79*

O códice Alcobacense 79 pertence à Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, e é ocupado, quase na totalidade pelos *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*, entre os fólhos 5r e 93v. Trata-se de um volume em papel, *in-quarto*, os fólhos medem 212 mm por 150 mm, a mancha gráfica varia, em altura, entre 155 e 160 mm e, em largura, entre 95 e 100 mm sensivelmente, e a encadernação tem 233 por 155 mm. A sua origem é claramente o Mosteiro de Santa Maria de Alcoçaba, como se evidencia no fólho 97v (Alc. 97: 97v).

Os *Notabilia* alcobacenses, como são conhecidos, são o manuscrito gramatical mais importante de toda a Idade Média em Portugal, não só pela sua dimensão mas também pelas temáticas analisadas e as problemáticas que acarretam. Têm a data de 1427 e aparentam ter marcas de, pelo menos, dois copistas diferentes (o segundo a partir do fólho 13r) e, por isso, podem ser apenas uma cópia. Até há poucos anos, pensava-se que era de autoria anónima ou, segundo Thomas Amos (1988: 116), de alguém chamado Melchior Mederis, em resultado de um erro na transcrição paleográfica (Rodríguez de Caracena 1427: 90r). No entanto, as características da assinatura do cólofon parecem indicar que o autor seja o monge cisterciense espanhol alcobacense Juan Rodríguez de Caracena, filho de Mendo Rodríguez, natural da vila de Caracena, que pertencia à Diocese de Sigüenza do Reino de Castela (Rodríguez de Caracena 1427: 93v).

Ao contrário das *Reglas*, que estão escritas em romance, os *Notabilia* foram redigidos em Latim para ensinar Latim, complementando, contudo, a teorização com alguns exemplos em romance. No entanto, nos *Notabilia* a estratégia é a oposta das *Reglas*: se, no primeiro caso, o “remanço” aparecia em primeiro lugar e só depois surgiam as “reglas” em Latim, nos *Notabilia* o “romancio” aparece para confirmar a frase latina, mesmo que ela surja em primeiro lugar (Fernandes 2012: 333-334; Fernandes 2015).

A preocupação pedagógica é evidente ao longo de toda a obra. Como nas *Reglas*, o autor dirige-se ao aluno maioritariamente na segunda pessoa do singular com os verbos “debere” e “notare”, na forma do presente ou futuro do indicativo (*debes notare quod, notabis quod / quomodo*), imperativo (*nota quod*) ou gerundivo (*est notandum quod*), indicando, por um lado, a obrigatoriedade de ser memorizado pelo aluno, e representando, por outro, o ato pedagógico. A estratégia pedagógica de comunicação na lição deveria partir dos temas mais simples para os mais complexos, numa sequência de conhecimentos e aprendizagem significativa: 1.º) introdução do tema: “sequitur de”...; “Circa”...; 2.º) primeiras notas: “Vnde notandum est quod”...; “est notandum quod”...; e 3.º) outras anotações mais complexas: “Vlterius est notandum quod”...; “Vlterius debes notare. quod”...; “Vlterius notabis”...; “Et nota quod”...; “et sic nota quod”...; “Jtem notabis quomodo”... (Fernandes 2015). Com efeito, em síntese, podemos destacar quatro as estratégias pedagógicas nos *Notabilia*: a lecionação na língua de aprendizagem, *i.e.*, o uso do latim quer como objeto de estudo quer como metalíngua; a utilização de exemplos na língua materna dos estudantes; a memorização das regras dos autores mais importantes; e uma aprendizagem sequencial, isto é, dos conceitos mais simples para os mais complexos (Fernandes 2015).

Os *Notabilia* estão divididos em 31 capítulos que refletem sobre questões de morfologia, de sintaxe e assuntos de natureza especulativa, que hoje poderíamos classificar como semânticos, como a conceção das pessoas e do género, por exemplo (Fernandes 2015). Ao contrário das *Reglas*, os *Notabilia* apresentam explicitamente algumas fontes, que tanto nos remetem para os *grammatici antiqui*, como Élio Donato (séc. IV) e Prisciano da Cesareia (fl. 500), como para alguns *grammatici juniores*, como o Alexandre de Villedieu (ca.1170–ca.1250), Giovanni Balbi de Génova (fl.1286–1298), Petrus Helias (ca.1100–post 1166) e Robert Kilwardby (1215–1279). Curiosamente, o autor mais citado (Alexandre de Villedieu, 42 ocorrências) e o menos citado (Giovanni Balbi de Genova, apenas uma vez) nunca são referidos pelos seus nomes mas pelos títulos das suas obras, o *Doctrinale* (ca.1200) e o *Liber iste vocetur Catholicon* (1286). Também é interessante notar o facto de que os dois gramáticos modistas Petrus Helias e Robert Kilwardby serem citados por cinco vezes em conjunto.

Um outro aspeto que merece ainda ser mencionado é o facto de parecer haver alguma influência nos *Notabilia* alcobacenses dos *Notabilia in arte grammaticae* (DeSantis 1997: 42, nota 24) ou *De re grammatica Notabilia* (Coxe 1854: 460) do italiano Giovanni da Soncino ou Johannes de Soncino (?–ca. 1363), o introdutor do modismo na Universidade de Bolonha.

Também parece haver uma similitude teórica e metodológica com a gramática proverbial espanhola (Calvo Fernández 1995 e 2000; Esparza Torres & Calvo Fernández 1994 e 2001; Ridruejo 1977), mas até ao momento ainda não foi possível encontrar equivalências concretas.

Os *Notabilia Alcobacenses* não são, deste modo, um manual para os primeiros níveis do ensino do Latim, pois não têm as definições nem a explicação dos conteúdos mais elementares da gramática, mas, pelos temas desenvolvidos, bem como pelo grau de dificuldades apresentadas, podem ser classificados como um tratado gramatical (Kemmler 2007: 378), para um nível avançado do estudo do Latim.

3. Conclusão

O manuscrito de origem portuguesa Digby 26, oferecido à Biblioteca Bodleiana, em Oxford, em 1634 por Sir Kenelm Digby (1603–1665), foi escrito muito provavelmente no século XIV por vários copistas, presumivelmente do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, o mais importante mosteiro cisterciense em Portugal, e contém vários textos de leitura e de estudos gramaticais elementares. Tem bastantes marcas de uso por parte de mestres de gramática ingleses, sobretudo nos textos de leitura que pertenciam ao cânon literário das escolas elementares inglesas, particularmente o *Facetus* (20r–28v), as *Disticha Catonis* (83r–89r) e as *Fabulae Aesopicae* (96v–118v). Um dos primeiros possuidores do Digby 26 em Inglaterra parece ter sido Thomas Chapleyn, monge cisterciense da Abadia de Rewley, em Oxford, seguido de Thomas Jolyffe, mestre de gramática em Oxford em meados do século XV, que o adquiriu após a morte daquele.

Particularmente importante para os estudos linguísticos latino-portugueses medievais é o caderno anónimo entre os fólios 76r e 82v, com o título *Reglas para enformarmos os mençãos en latin*, que, pela primeira vez na história portuguesa, utiliza o romance como metalíngua. Este facto é particularmente importante se atendermos ao facto de que a primeira gramática latina escrita em Português só foi publicada mais de 200 anos mais tarde, isto é, em 1610, por Pedro Sánchez (?–1635). Trata-se de um manual para os níveis mais elementares do latim, sem qualquer influência especulativa e com o objetivo da correta construção da frase, fundamentando a sua autoridade nas “reglas” do *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu (ca. 1170–ca. 1250). Tem claramente intenções didáticas, simulando o ato pedagógico, o que demonstra a sua utilização e leitura nas aulas, dirigindo-se ao aluno sempre na segunda pessoa do singular.

Por seu turno, o manuscrito *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*, que ocupa a quase totalidade do códice Alcobacense 79 (5r-93v), foi escrito em 1427 pelo monge espanhol cisterciense do mosteiro de Alcobaça, em Portugal, Juan Rodríguez de Caracena. Devido à sua complexidade temática e extensão (89 fólios), é, sem dúvida, o mais importante texto linguístico medieval de origem portuguesa. Como as *grammaticae proverbiandi* espanholas, os *Notabilia* alcobacenses foram redigidos em Latim para ensinar Latim, com alguns exemplos em Romance, para os níveis mais avançados. As preocupações didáticas são também evidentes e perpassam toda a obra, dirigindo-se ao alocutário maioritariamente na segunda pessoa do singular, usando os verbos “debere” e “notare”, nas formas do presente, futuro, imperativo e gerundivo, simulando também o ato pedagógico. Os seus capítulos refletem sobre questões quer morfossintáticas quer especulativas.

O autor dos *Notabilia* demonstra um grande conhecimento não só dos *grammatici antiqui*, como Élio Donato (séc. IV) e Prisciano da Cesareia (fl. 500), como também de alguns *grammatici juniores*, como o Alexandre de Villedieu (ca.1170–ca.1250), Giovanni Balbi de Génova (fl. 1286–1298), Petrus Helias (ca.1100–post 1166) e Robert Kilwardby (1215–1279). No entanto, a sua fonte principal, pelo menos tendo em consideração o número de vezes que é referido, é também, como nas *Reglas*, Alexandre de Villedieu, que cita por 42 vezes.

Interessante é ainda o facto de nem as *Reglas* nem os *Notabilia* fazerem qualquer referência ao *Graecismus* de Eberhardus Bethuniensis (?–ca.1212), apesar de existir um exemplar da sua obra nos fundos da biblioteca do mosteiro de Alcobaça.

Em síntese, quer as *Reglas* quer os *Notabilia* são dois textos pioneiros na historiografia linguística medieval latino-portuguesa; foram escritos para serem lidos durante as aulas, dos níveis mais elementares (*Reglas*) aos mais avançados (*Notabilia*); o Romance era uma língua pedagógica usada nas aulas, quer como língua principal (*Reglas*) quer como secundária (*Notabilia*); e a obra-fonte de ambas era o *Doctrinale Puerorum* de Alexandre de Villedieu (ca. 1170–ca. 1250).

BIBLIOGRAFIA

ALC. 426 = Afonso do Louriçal (1200), *PAPLÆ Vocabulárium Latinum tribus partibus distributum scriptum anno 1200 per Fr. Alphonsum do Louriçal Monachum Cisterciensem Monasterii S. Mariæ de Ceiça Diœcesis Collimbriensis Pars 3ª In fine codicis liber interpretationem*

- verborum Hebraicarum S. Hierónimi*. Ms. Cód. Alcob. 426. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- ALC. 79 = *Códice Alcobacense 79*. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.
- AMOS, Thomas L. (1988), *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon, Vol. I: Manuscripts 1-150*. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library.
- BARATA, Paulo Jorge dos Santos (2003), *Os Livros e o Liberalismo: Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BARRETO, Manuel Saraiva (1985), Os «Notabilia» gramaticais alcobacenses. *Euphrosyne*. Nova Série. 13: 79-94.
- BARRETO, Manuel Saraiva (1988), Antecedentes medievais da gramática renascentista. O *Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional. Publicações do II Centenário*. Lisboa: Academia das Ciências: 163-175.
- BRUO = Emden, A[lfred]. B[rotherston] (1957-59), *A Biographical Register of the University of Oxford to A. D. 1500*. 3 vols. Oxford: Clarendon Press.
- BURSILL-HALL, Geoffrey Leslie (1972), *Grammatica Speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman.
- BURSILL-HALL, Geoffrey Leslie (1977), Teaching Grammars of the Middle Ages: notes on the manuscript tradition. *Historiographia Linguistica*. 4.1: 1-29.
- CALVO FERNÁNDEZ, Vicente (1995), *Grammatica Proverbiandi: La enseñanza escolar del Latín en la Baja Edad Media española: estudio y edición del texto contenido en el ms. 8950 de la Biblioteca Nacional de Madrid*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- CALVO FERNÁNDEZ, Vicente (2000), *Grammatica Proverbiandi: Estudio de la Gramática Latina en la Baja Edad Media Española*. Munster: Nodus Publikationen.
- CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- ČERNÝ, Jiří (1998), *Historia de la Lingüística*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- CIDADE, Hernâni e Carlos SELVAGEM (1967), *Cultura Portuguesa*. I. Lisboa: Editorial Notícias.
- COSTA, Avelino de Jesus (1997), *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga. I*. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COXE, Henry Octavius (1854), *Catalogi codicum manuscriptorum Bibliothecae Bodleianae pars tertia codices graecos et latinos Canonicianos complectens*. Oxford: Oxford University Press.
- DeSANTIS, Carla (1997), *The Grammatical Compendium commonly attributed to Folchino dei Borfoni (14th c.): a Critical Edition and Study*. PhD Thesis. University of Toronto: Centre for Medieval Studies.
- DIGBY 26 = Anónimo (s.d. [século XIV]), *Digby 26*. Manuscrito. Bodleian Library, Oxford, códice Digby 26.
- ESCAVY ZAMORA, Ricardo, José Miguel HERNÁNDEZ TERRÉS & Antonio ROLDÁN PÉREZ (eds.) (1994), *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística: Nebrija V Centenario: [Murcia, 1 al 3 de abril de 1992]*. Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico.
- ESCAVY ZAMORA, Ricardo (2002), *Ideas lingüísticas hispánicas: de San Isidoro a Ortega*. Murcia: Servicio de Publicaciones, Universidad de Murcia.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel & Vicente CALVO FERNÁNDEZ (1994), La Grammatica Proverbiandi y la nova Ratiensis. *Historiographia Linguistica* 21.1/2: 39-64.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel & Vicente CALVO FERNÁNDEZ (2001), La 'Grammatica proverbiandi' y la 'Nova ratio Nebrissensis'. E.F.K Koerner & Hans-Joseph Niederehe (eds.), *History of Linguistics in Spain II*. (=SiHoLS 100). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins: 35-56.
- FERNANDES, Gonçalo (2010), Reglas para enformarmos os menijos en Latin (Ms. séc. XIV). Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes & Marlene Loureiro (eds.), *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc.*

- XIX). *Projeção da Linguística Ibérica na América Latina e Ásia*. Münster: Nodus Publikationen: 223-236.
- FERNANDES, Gonçalo (2012), Estudos linguísticos medievais em Portugal. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 16.1: 123-136.
- FERNANDES, Gonçalo (2013), Vernacular and Language Teaching in the Portuguese Middle Ages: the ms. Digby 26 and the Reglas para enformarmos os menços en latim. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, 23.1: 55-70.
- FERNANDES, Gonçalo (2015), Notes on 14th and 15th Century Linguistic Studies in Portugal. Gerda Haßler (ed.), *Metasprachliche Reflexion und Diskontinuität: Wendepunkte, Krisenzeiten, Umbrüche*. Münster: Nodus Publikationen: 34-42.
- FERREIRA, José Augusto (1937), *História abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes: séc. VI-séc. XX*. Braga: Mitra Bracarense.
- FRANCO, José Eduardo, José Augusto MOURÃO & Ana Cristina da Costa GOMES (dir.)(2010), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- HAJNAL, István (1959), *L'Enseignement de l'Écriture aux Universités Médiévales*. Budapest: Maison d'édition de l'Académie des Sciences de Hongrie.
- HUNT, Richard William & A. G. WATSON (1999), *Bodleian Library Quarto Catalogues IX Digby Manuscripts*. Oxford: Bodleian Library.
- HUNT, Richard William (1976), *Treasures from the Bodleian Library*. London: Gordon Fraser.
- HUNT, Richard William (1980), *The History of Grammar in the Middle Ages: Collected Papers*. Amsterdam: John Benjamins.
- KEMMLER, Rolf (2007), *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.
- KOERNER, E.F.K. (2008), *Universal index of biographical names in the language sciences*. Amsterdam: John Benjamins.
- LOUDA, Jiri & Michael MACLAGAN (1984), *Les Dynasties d'Europe*. Paris: Bordas.

- MACRAY, Gulielmus D. (1999 [1883]), *Catalogi Codicum Manuscriptorum Bibliothecae Bodleianae Pars Nona, Codices a viro clarissimo Kenelm Digby, Eq. Aur., anno 1634 donatos*. Richard William Hunt & A. G. Watson (eds.), *Bodleian Library Quarto Catalogues IX Digby Manuscripts*. Oxford: Bodleian Library.
- MARE, A. C. de la & B. C. BARKER-BENFIELD (eds) (1980), *Manuscripts at Oxford: an exhibition in memory of Richard William Hunt (1908-1979)*. Oxford.
- MARQUES, Maria Alegria (2008), *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MURPHY, James J. (1980), The Teaching of Latin as a second language in the 12th century. *Historiographia Linguistica* 7.1/2: 159-175.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1977), Para a pronúncia do latim — Um texto gramatical dos códices Alcobacenses. *Classica* 2: 51-56.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1986), A «ars accentualis» de Martinho de Alcoaba (Lisboa, B. N., Alc. 149). Especulação e uso do «Doctrinale». *Euphrosyne*. Nova Série. 14: 113-125.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1989), Pueris laica lingua reserabit: As 'Reglas pera enformarmos os menynos en latin'. Ms Oxford, BL, Digby 26 (séc. XIV). *Euphrosyne*, Nova Série, 17: 209-232.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (2013), Gramática no claustro: regresso aos manuscritos de Alcoaba em revisitações filológicas. Paulo Farmhouse Alberto & David Paniagua (eds): *Ways of approaching knowledge in late antiquity and the early middle ages Schools and Scholarship [Studia Classica et Medievalia 8]*. Nordhausen: Verlag Traugott Bautz: 313-332.
- PERCIVAL, William Keith (1975), The grammatical tradition and the rise of vernacular. *Current Trends in Linguistics, vol. 13, Historiography of Linguistics*. Paris: Mouton: 231-275.
- REGLAS = Anónimo (s.d. [século XIV]), *Reglas para enformarmos os menyos en latin*. Ms. Digby 26. Oxford: Bodleian Library: ff. 76r-82v.
- RIDRUEJO, Emilio (1977), Notas romances en gramáticas latino-españolas. *Revista de Filología Española* 59: 51-80.
- RODRÍGUEZ DE CARACENA, Juan [Johannes Roderici de Caracena]. (1427), Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis. Ms. Cód. Alcob. 79. Lisboa), Biblioteca Nacional de Portugal: ff. 5r-93v.

- SARAIVA, António José (1950), *História da Cultura em Portugal*. I. Lisboa.
- SOARES, Luís Ribeiro (1979), A Bula 'Manifestis Probatum' e a Legitimidade Portuguesa. 8º Centenário do Reconhecimento de Portugal pela Santa Sé: Bula 'Manifestis Probatum', 23 de maio de 1179: comemoração Académica. Lisboa: Academia Portuguesa da História: 143-191.
- SONCINO, Giovanni da (1443), De re grammatica Notabilia. Ms. *Canonici Misc.* 36. Oxford: Bodleian Library: ff. 1r-63v.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos et al (dir.) (2006), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- THOMSON, David (1979), *A Descriptive Catalogue of Middle English Grammatical Texts*. New York & London: Garland Publishing.
- THOMSON, David (1980), *Manuscripts at Oxford: an exhibition in memory of Richard William Hunt (1908-1979)*: Oxford: A. C. de la Mare & B. C. Barker Benfield.
- THUROT, François Charles Eugène (1868), *Notices et extraits de divers manuscrits latins pour servir à l'histoire des doctrines grammaticales au Moyen Âge*. Paris: Imprimerie Impériale.
- TORRES, Amadeu (1998), *Gramática e Linguística: Ensaio e Outros Estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia — Instituto de Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos Linguísticos.
- VERDELHO, Telmo (1995), *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.